



Gênero e Participação Política de trabalhadoras rurais do Cone Sul de Rondônia: estudo de caso e propostas de comunicação para a cidadania¹

Larissa Cristina Pereira Ruas²

Lílian Reichert Coelho³

Universidade Federal de Rondônia - Unir/RO

Resumo

Apresenta reflexão sobre as relações de gênero e a participação política das Mulheres Trabalhadoras Rurais filiadas às Associações Agrinova, Vitória e União, localizadas no Distrito de Novo Plano, Chupinguaia, região do Cone Sul, interior de Rondônia. O objetivo é mostrar de que modo se configuram as relações intergênero e a participação política, com foco nas mulheres. Para realizar a coleta de dados desta pesquisa qualitativa, adotou-se como técnicas entrevistas e observação. Ao fim, concluiu-se que o fator autoestima provoca nas mulheres o desmerecimento do próprio trabalho, valorizando, no entanto, o trabalho masculino. Isso reflete concepções e práticas culturais e simbólicas do meio rural brasileiro, perpetuando a dependência econômica das mulheres.

Palavras-Chave: Comunicação para a cidadania, Trabalhadoras Rurais, Participação Política, Relações de Gênero, Rondônia.

Introdução

De acordo com senso demográfico 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴, 26,44% da população de Rondônia⁵ residem na área rural. São 225.733 homens e 187.496 mulheres. Mesmo que, quantitativamente, o número de mulheres seja menor do que o de homens, isso não significa que elas se tornam menos importantes no cenário econômico, social e cultural do Estado.

Assim, estabeleceu-se como objetivo deste artigo observar como são estabelecidas as relações intergênero, com foco na participação política das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Zona Rural de Chupinguaia/Rondônia. Para o tratamento do tema, é necessário abordar as balizas teóricas que sustentam conceitualmente o trabalho.

¹ Trabalho apresentado no DT 7 - Comunicação, Espaço e Cidadania do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 01 a 03 de maio de 2014.

² Bolsista CNPq - Estudante do 8º Período do Curso de Comunicação Social/Jornalismo-UNIR-larah_ruas@hotmail.com

³ Orientador do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da UNIR, email: lilian.reichert@pq.cnpq.br

⁴ Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ro&tema=sinopse_censodemog2010> Acessado em 26/03/2014.

⁵ População geral do Estado de Rondônia: 1.562.409 habitantes. Área Rural: 413.229 habitantes.

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ro&tema=sinopse_censodemog2010> Acessado em 26/03/2014.



Na opinião de alguns autores, abordar o tema gênero com enfoque em mulheres, mesmo com acento mais restrito nas trabalhadoras rurais, constitui algo amplo e abstrato. Por isso e também a fim de evitar a reprodução de dicotomias improdutivas do ponto de vista teórico, em primeiro lugar, conforme refere Machado (1998, p. 107), há a necessidade de um processo de “desconstrução de gêneros”, proposta orientada pela “desconstrução” derrideana, problematizadora de definições de qualquer espécie que se pretendem definitivas. A autora justifica sua afirmação, ao referenciar que

O uso do conceito de Gênero se tornou cada vez mais generalizado no campo intelectual brasileiro e, embora, ainda que parcialmente, esteja sendo usado como sinônimo dos estudos de mulheres, entendo que instaurou uma nova metodologia de análise por muitos de seus usuários do campo intelectual brasileiro (MACHADO, 1998, p. 107).

Assim, entende-se que o conceito de gênero, dada sua complexidade e extensão, depende da área em que se trabalha, o que fundamenta esta pesquisa do ponto de vista epistemológico e teórico. Em que pesem as especificações e a multiplicidade de definições possíveis, parece pairar certo consenso no que diz respeito à distinção entre diferenciação biológica e social de gênero, pois [...] a gramática do gênero, ideal e factual, ultrapassa por vezes a “evidência” biológica da bicategorização - aliás, ela própria problemática - conforme o demonstram a complexidade dos mecanismos de determinação do sexo (PEYRE & WIELS, 1997) e os estados interssexuais [...] (PEYRE & WIELS 1997 *apud* MATHIEU, 2009, p. 223).

Historicamente, toda essa problematização acerca do conceito de gênero também está ligada ao ambiente criado tanto pelos estudos acadêmicos quanto pelas lutas políticas feministas, bem como pela ideia de singularização, como afirma Mathieu (2009, p. 225): “Nota-se que, no início dos estudos feministas, nos Estados Unidos como noutros países, não se falava de ‘gênero’, mas de mulheres e sua invisibilização pela sociedade e por uma ciência androcêntrica, de sua opressão/exploração pelos homens e das condições de sua libertação”.

A partir da abordagem de Mathieu e da concepção de Machado, dentre outros(as) autores(as) pesquisados(as) sobre a problemática de gênero para a construção deste trabalho, optou-se pela delimitação do tema deste artigo, considerando ainda a necessidade de um olhar regionalizado, em virtude das especificidades da pesquisa. Assim, os esforços teóricos foram concentrados para a operacionalização da leitura das



vivências de gênero das mulheres trabalhadoras rurais da área do município de Chupinguaia, interior de Rondônia.

A fim de contextualizar territorialmente a pesquisa, vale pontuar algumas coordenadas e características do local em apreço. Novo Plano constitui um distrito da área de Chupinguaia que, conforme referido em entrevista informal realizada em fevereiro de 2013 com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Vilhena e Chupinguaia (STTR), Udo Wahlbrink, começou a ser povoado em meados da década de 1990, mais precisamente entre 1994 e 1997. Wahlbrink também comentou, na referida entrevista, que, inicialmente, o local era uma extensa fazenda. Ainda conforme a mesma fonte, há disputa judicial entre os assentados e a suposta proprietária fazenda que, até hoje, ainda não foi de fato resolvida, e os assentados sentem insegurança sobre as terras onde vivem e trabalham.

Na última reunião do ano de 2013, realizada pela Associação Agrinova, no dia 31 de novembro, à qual os membros do Grupo de Pesquisa assistiram, a partir da técnica da observação não-participante com registro audiovisual e com objetivos que extrapolam os limites deste trabalho, foi dito que a regularização dos títulos está em vias de se efetivar, através do Programa Terra Legal⁶.

Por se tratar de pesquisa de campo, para abordagem das fontes humanas (GIL, 1999), o universo da pesquisa ora relatada teve constituição por amostragem, cujos critérios foram mais bem redefinidos depois de iniciada a pesquisa, mais precisamente, após estabelecimento de parceria com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Vilhena e Chupinguaia (STTR), localizado na cidade de Vilhena/RO. As mudanças ocorridas derivaram do maior conhecimento sobre a realidade das mulheres rurais da região em estudo.

Como técnicas de pesquisa, foram elaborados e aplicados questionários pela coordenadora da pesquisa-matriz, com questões fechadas e abertas sobre fatos, crenças e comportamentos, conforme define Gil (1999). Os dados foram tabulados e apresentados em artigo científico pela coordenação da pesquisa (COELHO, 2012, no prelo). Assim, como a referida técnica permitiu concluir, muitas das respondentes têm nível de escolaridade baixo, logo, o ideal seria a coleta de dados orais por meio de

⁶ O programa Terra Legal é um programa cujo objeto é a regularização fundiária, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O programa irá entregar títulos de terras a cerca de 150 mil posseiros que ocupam terras públicas federais não destinadas.
Disponível em: ><http://portal.mda.gov.br/terralegal/pages/saibamaissobreprograma>< Acesso em 26/03/2014.



entrevistas, o que foi feito pelos membros do Grupo de Pesquisa. Primeiro, foram realizadas entrevistas informais (cf. GIL, 1999), de caráter exploratório, depois semi-estruturadas, a maioria delas registradas em vídeo, com a devida autorização das fontes por meio de Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (AGUIRRE, 2011). Também foram feitos registros fotográficos em trabalho interdisciplinar e na interseção entre ensino e pesquisa, tema de futuro artigo.

No intuito de alcançar os objetivos propostos no Plano de Trabalho submetido ao Programa de Iniciação Científica que gerou este artigo, foi concebido e realizado o primeiro contato com as associações de mulheres da região de Chupinguaia, por meio de observação não participativa, com foco nas relações sociais de gênero na perspectiva das associadas. Durante a primeira etapa da pesquisa de campo, realizada no dia 23 de fevereiro de 2013, a pesquisadora conversou exploratoriamente com algumas mulheres, a fim de conhecer aspectos da realidade em que elas vivem e identificar fontes para as entrevistas em profundidade. Contribuiu para tal atividade todo um histórico de participação nas reuniões semanais do Projeto de Pesquisa Geografias da Comunicação, Discurso e Estudos de Gênero: a representação midiática e as imagens de si de mulheres no Território de Cidadania Central/Ji-Paraná, Estado de Rondônia, localizado na Amazônia Sul Ocidental Brasileira (CNPq), vinculado ao Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Gêneros, Discursos e Comunicação na Amazônia Ocidental (HIBISCUS), liderado pela professora orientadora do Plano de Trabalho, desenvolvido entre dezembro de 2010 e dezembro de 2012.

Também contribuiu pesquisa de campo realizada junto às Secretárias de Mulheres dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de diversos municípios de Rondônia. As atividades transcorreram entre 22 e 23 de agosto de 2012, na sede da Federação dos Trabalhadores Rurais de Rondônia (FETAGRO), na cidade de Ji-Paraná.

Na segunda etapa da apuração de dados para o Plano de Trabalho de Iniciação Científica, foi realizada pesquisa de campo entre os dias três a seis de abril de 2013, na região de Novo Plano, área rural de Chupinguaia. A estada no assentamento Terra Boa teve como objetivo a captura de imagens para a realização de um vídeo-documentário sobre o cotidiano das trabalhadoras rurais daquele local. Foi assim que a pesquisadora teve contato com as acampadas Maria Benedita Conceição Luz e Gevinília Monteiro dos Santos, mais conhecida como Dona Menininha. Foram três dias de trabalho de coleta de imagens, tanto fotográficas como em vídeo, em forma de entrevistas e captação audiovisual do cotidiano da vida dessas mulheres. Também houve registros em



diários de campo da pesquisadora, que teve auxílio, na etapa descrita, do colega e bolsista Carlos Henrique Celestino da Silva.

Cidadania e Participação Política: conceitos e realidade local

Para se compreender e analisar a participação política das mulheres das Associações Agrinova, Vitória e União, é necessário destacar o contexto que antecede as condições das lutas sociais do país e que refletem nas vidas dos sujeitos pesquisados. Isso porque o foco da pesquisa reside na questão do reconhecimento, sobretudo no que diz respeito aos entraves para o empoderamento e para o incremento da autoestima das trabalhadoras rurais da região em estudo, conforme apurado em estudos anteriores feitos pelo Grupo de Pesquisa ao qual se vincula este trabalho (COELHO; CONDE, 2011; COELHO, 2013). Para isso, vale destacar a noção de reconhecimento, pela qual é possível observar que, para a leitura eficaz das

lutas sociais contemporâneas, é necessário uma análise da gramática moral que se encontra por trás destes conflitos. Para ele, a noção de reconhecimento está ligada a questões de formação de identidade individual e coletiva, funcionando como precondições sociais necessárias para a atribuição do respeito e da autoestima (HONNET, 2007 *apud* SCHULZ, 2010, p.186).

Evidentemente, não se trata apenas da necessidade de reconhecimento social das mulheres frente aos homens e à sociedade de modo mais geral, mas também envolve a redistribuição de renda – o que fomenta o reconhecimento (vide estudo de Rego e Pinzani [2013] sobre o Programa Bolsa Família) –, dimensões consideradas problemáticas por diversos autores que pesquisam a justiça e a equidade sociais e de gênero, com destaque para a salutar polêmica estabelecida no meio acadêmico internacional ao lidar com o tema justiça social entre Fraser e Honneth, cujo debate “ (...) contribuiu para uma série de análises sobre as potencialidades e os limites das duas construções teóricas para o entendimento das lutas sociais contemporâneas, inclusive em países onde persistem elevados índices de desigualdade social, como é o caso do Brasil” (HONNETH, 2007, p. 87 *apud* SCHULZ, 2010, p. 195).

A autora cujas pesquisas balizam este tópico do artigo, Schulz (2010), trabalha na perspectiva de Honneth, isto é, sob o argumento preponderante do reconhecimento (moral). Complementa sua reflexão Pinto (2008), ao abordar a problemática da



redistribuição (material) de renda. De qualquer modo, vale registrar que as noções não são antagonicas, mas complementares. Assim,

Para o autor, os interesses por bens materiais não podem ser descartados, podendo mesmo ser complementares à questão moral, pois há casos onde o reconhecimento somente pode acontecer a partir da aquisição de determinados bens. Em sua obra, a problemática distributiva aparece como complementar à luta por reconhecimento. (HONNETH, 2007, p. 87 *apud* SCHULZ, 2010, p. 196).

Pinto é ainda mais explícita sobre a questão, a afirmar que “a redistribuição nesse cenário seria apenas uma forma de luta por reconhecimento”. (PINTO, 2008, p. 37 *apud* SCHULZ, 2010, p. 196). Disso se depreende que a autora atribui ao reconhecimento moral papel primordial para a efetivação das lutas sociais e para que os grupos em situação de subalternidade ou opressão social alcancem autonomia, espaço e voz na sociedade. E, para concluir, a autora ressalta os maiores problemas encontrados para a efetividade da redistribuição e do reconhecimento no Brasil contemporâneo, ao afirmar que a

[...] extrema desigualdade de renda em nosso país torna complexo pensar as políticas (re)distributivas, tão necessárias e urgentes, como mais uma das tantas injustiças de reconhecimento moral a questão submetidas parcelas significativas da população. Talvez o longo passado sem políticas públicas que buscassem diminuir as desigualdades de renda provoque o temor de que, se retiramos a centralidade da questão distributiva, o debate perderá força e novamente a desigualdade material cairá na invisibilidade ou inevitabilidade (SCHULZ, 2010, p. 199).

O dilema igualdade/diferença ancora questões ligadas à cidadania, que Pereira define como “[...] prática de conflito ligada ao poder e às lutas para o reconhecimento dos atores considerados protagonistas de reivindicações legítimas. Ela também está ligada a uma prática consensual de participação e representação, bem como de formação das políticas públicas [...]” (PEREIRA, 2009, p. 39). Ela explica, através das indagações teóricas de autoras de referência na área acerca do assunto que,

Durante os anos 90, os autores que abordaram a ideia de cidadania e relações sociais de sexo, e que se situam no registro da teoria política, tentaram ultrapassar o dilema igualdade-diferença valorizando a ideia de uma cidadania democrática que reconheça a diversidade e o pluralismo (SCOTT, 1998).



Entretanto, uma pergunta permanece atual: é necessário ou não estabelecer uma representação por grupo? Essa pergunta se refere à problemática das cotas que, notemos, é diferente da problemática da paridade. Enquanto Iris Young exalta uma cidadania diferenciada e Chantal Mouffe, uma cidadania pluralista não sexuada, Anne Phillips opta por uma cidadania pluralista e diferenciada. (YOUNG; MOUFFE; *apud*, PEREIRA, 2009, p. 37)

Isso considerado, dentre as várias acepções de gênero e possibilidades teóricas e metodológicas de orientação dos estudos, é possível detectar dilemas que os dilemas relativos à igualdade e à representação são fundamentais para entender melhor as relações e paradigmas sobre o que pode ser compreendido como gênero. Partindo desta perspectiva, Varikas afirma que “[...] o princípio da igualdade tem, nos últimos séculos, pontuado a luta pela libertação das mulheres confrontadas com uma escolha impossível. Por um lado, o pleno reconhecimento político e social das mulheres significa que elas devem se adaptar à norma masculina, ‘tonar-se (como homens)’” (VAKIRA, 2009, p.118).

Assim, pressupondo que a maioria das mulheres que constituem o grupo em estudo estão ligadas, diretamente ou indiretamente, a sindicatos e associações, é pertinente definir um histórico sobre as origens de entidades desse tipo. Nessa direção, Rogeret e Zylberg-Hocquard (2009, p. 236) afirmam que,

Em 21 de março de 1884, a Lei Waldeck-Rousseau sobrepõe-se à Lei Chapelier (1791), permitindo a formação de sindicatos profissionais de operários e de trabalhadores de escritório. No entanto, desde o início do século XIX, uma série de sociedades de fundos mútuo-autorizadas e às vezes até mesmo incentivadas pelo Estado ou pelos patrões, transformaram-se, por um ato temporário, em sociedades de resistência.

No caso específico da sindicalização rural, é evidente que trouxe benefícios para homens e mulheres do campo, como as mulheres trabalhadoras que constituem os sujeitos desta pesquisa. Muitas delas que são filiadas a Associações que estão ligadas diretamente ao Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Vilhena e Chupinguaia (STTR), e necessitam de ajuda do sindicato para acessar benefícios como aposentadoria, titularização das terras, especialização em cursos, empréstimos que, na maioria das vezes, são concedidos a maridos e/ou filhos, isto é, aos homens da família.



Em Rondônia, há 43 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais⁷, que estão ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia (FETAGRO), entidades que buscam, junto ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), incentivos econômicos através de projetos para desenvolver ações que podem beneficiar, sobretudo do ponto de vista da distribuição de renda ou da concessão de benefícios e crédito rural, as trabalhadoras e trabalhadores rurais.

Sobre os dados coletados

Em um barracão de madeira com alguns bancos e um pequeno palco, teve início, às 09h40 do dia 23 de fevereiro de 2013, a reunião da Associação Vitória, localizada na linha 48, a 15 km de Novo Plano. As reuniões da Associação acontecem nos últimos sábados de cada mês. O encontro aqui relatado foi agendado entre as(os) associadas(os) e o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Vilhena e Chupinguaia (STTR), com o objetivo de esclarecer dúvidas frequentes sobre benefícios de financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e sobre DAP¹. O pessoal do STTR visita as associações da região em estudo a cada sessenta dias.

Note-se que a coleta de dados, nesta etapa, foi realizada por meio de observação não participante e entrevistas informais individualizadas. No entanto, como ainda não se tinha noção exata de como seria a dinâmica das reuniões, a equipe não levou equipamento para gravação em áudio ou vídeo, tendo sido as informações abaixo relatadas registradas em anotações em bloco de papel. Pontue-se também que, conforme já referido acima, esta etapa da pesquisa de campo teve como colaborador o discente de graduação em Comunicação Social/Jornalismo da UNIR/Vilhena Carlos Henrique Celestino da Silva, parceiro e membro da equipe executora do projeto de pesquisa a partir de novembro de 2012. Hoje, o colega estuda na Universidade Federal do Mato Grosso.

⁷ De acordo com o site da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). Disponível em:
<<http://www.contaf.org.br/1indez.php?modelo=portal&acao=interna&codpag=426=nw1>> Acesso em 26/03/2014.



A reunião teve presença, em média, de 20 a 30 pessoas, com participação de três mulheres. Inicialmente, o presidente da Associação União abordou os entraves que eles (os assentados) encontram na busca de recursos junto à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo Federal (Emater) de Chupinguaia. “Chegamos a pensar que a Dona Fernanda tem alguém dentro da Emater”, afirmou, referindo-se aos atritos e disputas judiciais entre eles e a proprietária das terras.

Udo Wahlbrink, Presidente do Sindicato, discursou sobre os problemas internos desses órgãos e a opressão que os pequenos agricultores sofrem pelos grandes latifundiários. O trabalho de observação não participante permitiu verificar que Wahlbrink tem expressiva representatividade entre as pessoas daquela região; aparentemente, nota-se que as pessoas o admiram e respeitam sua opinião. Exemplo disso depreende-se da seguinte situação: quando ele chegou, cumprimentou a todos um por um com um aperto de mãos, chamou alguns pelos respectivos nomes, e as pessoas demonstraram interesse em conversar com ele, sobretudo para perguntar sobre dúvidas relativas a financiamentos. Outro assunto tratado pelo presidente do Sindicato na ocasião relatada referiu-se às habitações rurais.

Depois, a equipe deslocou-se, acompanhando o pessoal do STTR, para a Associação Vitória. Por volta das 10 horas, chegou Silene Batista. Ela reside na linha 48 há 15 anos e contou, em entrevista, como é ser associada e quais as dificuldades. Na opinião de Silene, as mulheres não têm vez na Associação Vitória e o presidente já não presta contas das despesas há algum tempo. “A mulherada, aqui, não tem vez, os homens não ligam para o que a gente fala. Eu falo mesmo porque sou bocuda, mas as outras ficam caladas” (ENTREVISTA, SILENE BATISTA, 23 DE FEVEREIRO DE 2013). Em entrevista informal, individual, ela relatou vários problemas que as mulheres enfrentam no dia-a-dia na área rural: falta de apoio dos maridos e companheiros; geográficos: distância que elas precisam percorrer, muitas vezes a pé, para chegar à Associação e ao Distrito, pois as estradas estão em péssimas condições; pouca representatividade: as mulheres não têm voz dentro da Associação, não fazem parte de secretarias, diretorias ou presidência. Não têm direito de escolha, a maioria dos cursos oferecidos pelo SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e SEMAS (Secretaria Municipal de Assistência Social) são cursos de pintura, costura e artesanato, nada relacionado à capacitação para participação política ou para a compreensão das políticas públicas; falta de apoio: a Prefeitura tem negado assistência aos cursos e programas desenvolvidos propostos pela Associação; fiscalização: Silene reclamou que não há



fiscalização por parte dos moradores em relação à Associação. Segundo ela, o Presidente faz o que lhe é conveniente, como utilizar recursos para beneficiar apenas projetos proposto pelos homens e nada do que as mulheres de fato precisam; falta de comunicação e informação: na linha 48, na maioria dos lugares, a frequência da Rádio da Cidade de Chupinguaia não alcança ou não funciona; por isso, muitas vezes, os moradores ficam sem informações sobre assuntos de importância, como política, utilidade pública e economia. (ENTREVISTA, SILENE BATISTA, 23 DE FEVEREIRO DE 2013).

A fonte informou também que consegue saber como funciona a maioria dos Regimentos Internos de Associações através do programa de rádio Nossa Terra, transmitido às 17 horas pela Rádio Nacional da Amazônia, com locução de Ailton Medeiros. Silene contou que estava escutando o programa quando a repórter apresentou uma matéria sobre como criar uma Associação, quais os procedimentos necessários e algumas sugestões de projetos. A partir desse dia, ela afirma que passou a refletir sobre a situação da Associação da qual participa. “Aí eu parei pra pensar: nossa, isso tá errado, não temos organização, não corremos atrás do que precisamos. O presidente só faz correr atrás de trator, tem coisa mais importante do que isso” (ENTREVISTA, SILENE BATISTA, 23 DE FEVEREIRO DE 2013).

A reflexão exposta pela fonte consultada diz respeito à questão do reconhecimento e envolve a importância da comunicação social para o incremento da cidadania e para a promoção da equidade de gênero e de justiça social, o que será tema das oficinas a serem ministradas pelos pesquisadores na região, conforme apontado na Conclusão deste artigo, adiante.

Outra Associação localizada em Novo Plano, a Agrinova, é conhecida por ser uma entidade de mulheres, embora seja uma instituição mista. Existe há dez anos e sempre teve presidentes mulheres. Atualmente, a Associação conta com 150 associados(as), sendo 50 mulheres a participar ativamente, conforme a Presidenta, Iracema Souza Maciel, há mais de dois anos no cargo. Iracema contou, em entrevista, que as atividades propostas pela Associação são, basicamente, cursos de pintura em tecido, em tela, corte e costura industrial, *biscuit*. A reunião observada e registrada em diário de campo, ocorrida no dia 23 de fevereiro de 2013, teve presença de 50 a 60 pessoas, a maioria mulheres, mas também havia número considerável de homens. Cerca de 90% das pessoas que participaram da reunião eram idosas. Havia três jovens, duas delas acompanhadas de filhos pequenos. Iracema relatou que, assim como nas outras



associações da região, o SENAI também oferece curso para as mulheres (corte e costura, pintura em tela e em tecido) e para os homens (meio ambiente e agricultura familiar). As reuniões acontecem do mesmo modo como nos outros locais, sempre no último sábado de cada mês; durante a semana, algumas mulheres frequentam a Associação para aulas de pintura, costura, dentre outras atividades oferecidas. A equipe observou que, de todas as associações da localidade, esta é a mais organizada. A reunião teve apresentação da diretoria, das secretárias e foi a única que teve registro em ata.

A presidenta iniciou, expondo a pauta da reunião e os assuntos que seriam tratados, no caso, Regimentos Internos, além de assuntos referentes à mão-de-obra do trator que a Agrinova adquiriu, mas que já chegou com problemas. Conforme relato da presidenta aos(as) afiliados(as) presentes à reunião, o dinheiro que estava em caixa foi gasto com o conserto do trator. Logo depois, Udo Wahlbrink explicou sobre o Pronaf e as DAP'S. Nenhuma mulher se manifestou ou fez alguma pergunta, já os homens perguntaram por mais de uma vez sobre a questão de financiamentos.

A pesquisadora observou, por meio de técnica não-participante (no entanto, vale registrar que todos os presentes estavam cientes de que estávamos no local para realizar pesquisa científica para a universidade), que a Presidenta da Agrinova tem discurso similar ao de Udo Wahlbrink, presidente do STTR, e o respeita. Ele se mostrou preocupado com sua reputação perante os(as) associados(as). Sempre que se referia aos benefícios que o STTR conseguiu para os(as) assentados(as), o fazia em primeira pessoa, acentuando que foi ele quem os conseguiu. Conforme pronunciamento público do presidente do STTR naquela ocasião, depois que foi preso, “as coisas não fluíram bem no Sindicato”, mas as “meninas”, como ele chama as secretárias geral e de mulheres da entidade, não conseguiram dar continuidade aos trabalhos iniciados por ele.⁸

⁸ O presidente do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Vilhena e Chupinguaia, Udo Wahlbrink, foi preso em março de 2012 acusado de descumprir ordem judicial por conta da reocupação de Terras na Fazenda Dois Pinguins, localizada em Chupinguaia. Em 2012, a fazenda teve reintegração de posse a favor do fazendeiro, mesmo sendo objeto de ação judicial de retomada de terras pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 2004. A ocupação da fazenda ocorreu no mesmo ano por famílias de trabalhadores rurais. Wahlbrink ficou detido em Vilhena por oito meses e dez dias, quando teve o pedido de *habeas corpus* deferido no dia treze de novembro de 2012. Enquanto Udo esteve preso, o Sindicato foi administrado por Adriane Appelt, vice-presidente do STTR, e Eliane Ritter, secretária-geral.

Informações retiradas do *site* da Federação de Trabalhadores na Agricultura de Rondônia (FETAGRO). Disponível em: <<http://www.fetagro.org.br/stj-decide-pela-liberdade-do-sindicalista-udo-wahlbrink/>>. Acessado em 26/03/2014.



A presidenta da Associação, Iracema Maciel, demonstrou adotar postura similar à do presidente do STTR, sempre mencionando que era o nome dela que estava em jogo e, que, caso as pessoas não cumprissem o Regimento Interno da Associação, seria ela a cobrada, “a culpada”, como afirmou reiteradas vezes durante a reunião. As demais mulheres não tinham muita voz, não perguntavam nada, a maioria se mostrou tímida e retraída. Elas permaneceram o tempo todo sentadas em seus lugares; apenas no final da reunião, houve dispersão e socialização, mas apenas entre elas. Vale pontuar a configuração espacial do local: os homens sentaram-se de um lado, as mulheres, de outro.

A terceira e última reunião da qual a pesquisadora participou no dia 23 de fevereiro de 2013 para a investigação de campo ocorreu na Associação Taboca, localizada na região entre Chupinguaia e Alto Parecis, a mais distante de todas. Foi a reunião mais rápida e com menos pessoas. Teve início às 17h30min, com aproximadamente 15 membros. Embora com baixo número de participantes, foi uma reunião produtiva. Das poucas pessoas presentes, quase todas eram homens, apenas uma era mulher. Observou-se que, nessa localidade, as pessoas eram mais instruídas e tinham poder aquisitivo maior do que as das outras reuniões. Exemplifica isso o fato de que, enquanto nas outras associações os(as) associados(as) tinham interesse de financiamentos de R\$ 15 a 20 mil, nesta última, todos(as) perguntavam sobre como conseguir financiamentos de R\$ 80 a 100 mil. As perguntas eram objetivas e, ao contrário das outras reuniões, em que a maioria das pessoas se mostraram interessadas em estabelecer parceria com a Universidade e com as demais Associações (para oficinas, extensão e palestra), os membros da Associação Taboca alegaram que a parceria seria interessante para oferecer oficinas e cursos da realidade deles, não “algo distante”, sendo que lá não funciona celular, *internet*, apenas uma rádio, que sequer é a rádio local.

Essas foram algumas das atividades realizadas, previstas no Plano de Trabalho apresentado ao PIBIC quando da solicitação da bolsa de Iniciação Científica. Pode-se ressaltar que foi importante o primeiro contato *in loco*. Ressalte-se que o primeiro objetivo consistia no mapeamento de fontes para visitas futuras e desenvolvimento mais consistente da pesquisa.

Após esse primeiro contato, foram realizadas entrevistas com Iracema Souza Maciel, Helena da Silva Rech, Luciana da Guia de Oliveira e Maria Oliveira de Souza, no dia 8 de março de 2013, na Chácara da Amizade, localizada em Vilhena/RO, no primeiro evento comemorativo do Dia da Mulher concebido e promovido pela



Secretaria de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Vilhena e Chupinguaia (STTR).

Posteriormente, no mês de abril de 2013, foi cumprida outra etapa do trabalho de campo, referente à coleta de dados por meio de entrevistas semi-estruturadas, individuais e focalizadas, com duas mulheres assentadas da mesma região que também participam das atividades da associação visitada na primeira etapa, Maria Benedita da Conceição Luz e Gevinília Monteiro dos Santos.

Considerações Finais

Ao longo da apuração para o trabalho de campo e para a pesquisa, a autora traçou, como objetivo, além das leituras realizadas nas reuniões do Grupo de Pesquisa, não apenas manter contato com as Trabalhadoras Rurais, e, sim, através delas, estabelecer um vínculo de ajuda mútua para que se pudesse efetivar a pesquisa e também contribuir com elas no que diz respeito ao reconhecimento, por meio de oficinas e/ou minicursos de comunicação para a cidadania, o que está em vias de ser aplicado, neste ano de 2014. O tempo de aplicação se estendeu por falta de mobilização das próprias mulheres, tanto da Associação quanto do assentamento, e também pela distância física e pelas condições da estrada devido ao longo período de chuvas que se instalou na região (desde outubro de 2013), tornando inviável o planejamento e a execução da totalidade das atividades programadas.

Após três dias de pesquisa *in loco* no Assentamento Terra Boa e algumas outras visitas, a pesquisadora notou algumas características daquelas trabalhadoras rurais, com destaque para a falta de valorização de seu trabalho por elas próprias e pelos maridos e companheiros de associação, reproduzindo o que foi observado pelo estudo balizador realizado por Rua e Abramovay (2000). E, partindo pelo pressuposto teórico das relações de gênero, foi observado o quanto tais relações são profundamente arraigadas naquele local. Ao serem indagadas sobre o que as mulheres faziam, elas respondiam, dizendo que apenas cuidavam de casa e do quintal e que, para elas, trabalho seria somente aquilo que os maridos faziam.

Portanto, conforme boa parte da literatura consultada sobre o tema, observou-se a baixa autoestima das mulheres, ao não considerarem aquilo que de fato é trabalho como trabalho, sendo ele doméstico ou não. Ao serem questionadas sobre qual o tipo de trabalho que executam no campo, na roça, elas classificaram suas atividades como



“ajuda”. Ou seja, na opinião delas próprias, sua atividade é menor, de simples ajuda ao marido a plantar roça de feijão, de abacaxi, de milho, a arrumar a horta e a cuidar dos animais. Ao final daquela etapa da pesquisa, concluiu-se que são os maridos que vendem e negociam os preços que acham justo, que efetivam os empréstimos nas instituições bancárias. Ou seja, os maridos detêm o poder econômico, sendo os responsáveis por empréstimos, crédito e pela negociação dos produtos.

O exposto reforça a ideia de que as trabalhadoras rurais da região em tela ainda não têm autonomia financeira nem moral para fazer o que quiserem. Elas cuidam dos animais e contribuem para a compra de alimentos, tanto para a casa quanto para tratar da criação, mas não são reconhecidas nem por si mesmas enquanto trabalhadoras autônomas. Também é possível destacar outra situação quanto aos papéis dos maridos. Ao serem perguntadas se eles (os maridos) ajudam nas tarefas domésticas, na criação de filhos e netos, as respostas foram afirmativas. No entanto, durante os dias em que a pesquisadora permaneceu no assentamento para a realização do trabalho de campo, não notou qualquer manifestação de ajuda da parte deles, até porque passam o dia fora, roçando pastos, o que chamam de empreita.

Do ponto de vista da participação e representação política, concluiu-se que as duas mulheres acampadas estão à margem da representação e da participação, à exceção dos cursos de que participam na Associação Agrinova. Esta, por sua vez, tem participação de mulheres nos cargos de liderança, mas esta função é, de fato, exercida pelo presidente do STTR do ponto de vista moral, embora a presidenta tenha algum reconhecimento por conta das atividades já desenvolvidas à frente da entidade.

Diante do quadro aqui brevemente exposto e considerando a proposta de pesquisa à qual se vincula este trabalho, entende-se a necessidade de ofertar às mulheres da região em tela cursos, oficinas e outras atividades centradas na promoção da comunicação para a cidadania, a fim de capacitá-las para as relações interpessoais com enfoque nas questões de gênero e intergênero e, sobretudo, para auxiliá-las a buscar e lidar com informações que lhes sejam pertinentes.

REFERÊNCIAS

BATISTA. Silene. Entrevista cedida à pesquisadora Larissa Cristina Pereira Ruas. 23 DE ABRIL DE 2013.



COELHO, Lilian Reichert. Percepção das relações de gênero pelas trabalhadoras em agricultura de Rondônia: uma leitura convergente entre a análise crítica do discurso e os estudos contemporâneos sobre gêneros e feminismos. In: DALMONTE, Edson Fernando (org.). *Teoria e Prática da Crítica Midiática*. Salvador, BA: Editora da UFBA, 2014. (no prelo)

COELHO, Lilian Reichert; CONDE, Evelyn I.L. Morales. Telejornalismo, Discurso e Gênero: desafios na análise da representação das mulheres rondonienses. **Revista Mutações**. Universidade Federal do Amazonas. Vol. 3, n. 4, 2012.1. Disponível em: <http://www.relem.info/edicoes/ed4/index.html>

LUZ. Maria Benedita Conceição. **Entrevista cedida à pesquisadora Larissa Cristina Pereira Ruas**. 23 DE ABRIL DE 2013.

MACHADO, Lia Zanotta. **Gênero: um novo paradigma?** CADERNOS PAGU, n.11, 1998, pp. 107-125. Disponível em: www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/.../pagu11.10.pdf Acesso em 27 de fevereiro de 2011.

MACIEL. Iracema de Souza. **Entrevista cedida à pesquisadora Larissa Cristina Pereira Ruas**. 08 DE MARÇO DE 2013.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Usos e Limites da categoria Gênero**. Em: **Cadernos Pagu**, n. 11, 1998, p. 99-105.

MOURA, Joana Tereza Vaz de. **Dilemas da Democracia: a representação política nos novos espaços de participação**. Revista IDeAS, v. 3, n. 2, p. 170-196, jul./dez. 2009.

OLIVEIRA. Luciana da Guia. **Entrevista cedida à pesquisadora Larissa Cristina Pereira Ruas**. 08 DE MARÇO DE 2013.

RITTER, Eliane. **Entrevista cedida à pesquisadora Larissa Cristina Pereira Ruas**. 23 DE ABRIL DE 2013.

SANTOS. Gevenilia Monteiro dos. **Entrevista cedida à pesquisadora Larissa Cristina Pereira Ruas**. 23 DE ABRIL DE 2013.

SCOTT, Joan. **História das Mulheres**. Em: BURKE, PETER (org.). Trad. Magda Lopes. A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

SOUZA. Maria Oliveira. **Entrevista cedida à pesquisadora Larissa Cristina Pereira Ruas**. 08 DE MARÇO DE 2013.

